O novo feminismo

Maria Isabel Barreno

NA PASSADA terça-feira foram mandadas em paz as Três Marias, absolvidas da acusação de pornografia e atentado ao pudor que teriam perpetrado através da obra que, colectivamente, escreveram e a que chamaram "Novíssimas Cartas Portuguesas".

O livro, terminado no início de 1972 foi, primeiro cobiçado e depois recusado por diversos editores, habituados a auto-reprimirem-se com a naturalidade de quem se reprimiu desde que nasceu. Houve um que ousou — os Estúdios Côr onde, na altura, estava Natália Correia, ela também, por seu lado, anteriormente objecto de processo semelhante — ; ousou para logo se ver envolvido no processo que contra o editor e as autoras instaurou a Direcção Geral de Informação, ao mesmo tempo que o livro era apreendido. Feito o primeiro interrogatório dos réus em Junho desse ano pela "Polícia de Costumes", foi instaurado o processo que se arrastou ao longo de quase dois anos, e se tornou internacionalmente, um símbolo da repressão, tratado em toda a imprensa e adoptado pelos movimentos de libertação da mulher do mundo inteiro.

Em Portugal, também, ele se tornou, na medida em que a Censura e as circunstâncias o deixaram, um caso exemplar. Chamados a depor, como testemunhas todos os nomes ligados à luta anti-fascista, escritores, artistas e políticos, as sessões do julgamento tornaram-se uma ocasião de reafirmação de princípios, cuidadosamente abafada pela Polícia e pela Censura que, para além de fecharem as portas do tribunal ao público, passaram a cortar as referências na imprensa ao caso, inclusive a simples menção do livro e das autoras.

À medida que o caso se esboroava sob o peso do ridículo — e a isso foi sensível o "liberalizante" ex-Secretário de Estado da Informação, Pedro Pinto, que tentou contactos diplomáticos extra-judiciais com as rés para que calassem a boca à imprensa estrangeira e a si próprias em troca de um "arrumar" do assunto — as pessoas interrogavam-se como iriam os fascistas descalçar a bota.

Veio o 25 de Abril, isto passou a pertencer ao passado e a absolvição foi já só uma formalidade.

E nós aproveitamos para publicar a história do M.L.F. em França que Maria Isabel Barreno escrevera e que a Censura cortara então.

"O MOVIMENTO não é nem centralista democrático, nem leninista, nem piramidal, nem em forma de cone; não é percorrido por correntes, da base para o cimo, ou inversamente: não tem cimo, por enquanto. A base é constituída por um conjunto disperso: é informe, heterogénea, centrípeta e muito activa". Assim era definido, pela revista "Actuel" (n.º 4), o M. L. F.. Com efeito, a rejeição de toda a burocracia, toda a hierarquia, e todo o centralismo — além de ser estritamente reservado a mulheres — são as características fundamentais do movimento feminista francês. A reserva posta pela "Actuel" — "por enquanto" — deixa entrever as dúvidas, bastantes generalizadas e provenientes de experiências anteriores, quanto à possibilidade de sobrevivência dum movimento funcionando nestes moldes.

No entanto, o movimento tem vindo a sobreviver, e a funcionar. Essas características que o definem partem não só duma posição de princípio, mas da história e da vivência do movimento, que tem vindo a formular-se e a reconhecer-se fundamentalmente através duma prática.

Teremos de recuar a 1965 para situar, os antecedentes, os começos, tímidos, do feminismo francês. As sufragistas do começo do século há muito que estavam quase esquecidas, bem cobertas por todas as campanhas de ridicularização de que foram vítimas. "A room of one's own", de Virgínia Woolf, escrito em 1928, livro fundamental sobre a questão da mulher e particularmente sobre as possibilidades de acesso, que não tem a mulher, a uma actividade criadora, só foi traduzido em França em 1951, e passou praticamente despercebido, então — como também só recentemente se descobriu que Virgínia Woolf fora "tão importante como Proust para a evolução da literatura contemporânea", durante vários anos ela ficou na sombra dos seus colegas masculinos da mesma época. Poderemos considerar que o único antecedente vivo para o feminismo, nesses meados da década de 60, era Simone de Beauvoir, "Le deuxième sexe". Publicado em 1949, o livro fizera escândalo — pela primeira vez se levantava amplamente uma questão de fundo, a base sexista na discriminação de que a mulher é objecto; o facto de Simone de Beauvoir se atrever a falar de sexo, domínio proibido e só reservado aos homens, fez com que o livro fosse considerado "pornográfico" e contribuíu, no mau sentido, para a sua fama; mas o livro foi entendido pelas mulheres e a sua força manteve-se através de várias gerações. Antecedente vivo ainda, dezasseis anos mais tarde; no entanto já distante — tanto mais que da análise de S. de Beauvoir não se retiravam propostas imediatas de acção, de acção feminista; nesse tempo Simone de Beauvoir ainda acreditava que a solução do problema da mulher se subordinava às questões tradicionalmente consideradas "gerais" "económicas" e "políticas". Entretanto, tinha-se aguçado a consciência da contradição entre os papéis tradicionais da mulher e a sua actividade profissional. Em 1963 aparece o livro de Betty Friedan, traduzido em francês logo no ano seguinte, "La femme mystifiée", onde são denunciados os meios postos em jogo na sociedade americana para manter a mulher no lar; no que se refere às tarefas domésticas, o acento é posto no vazio e na alienação que elas implicam, a mulher jogando aí fundamentalmente o papel de consumidora; no que se refere à actividade profissional, esta é apresentada como a possibilidade de independência económica e de realização pessoal.

Começam então a aparecer, ou a chamar a atenção, os vários livros que duma maneira ou doutra poem este mesmo problema, chamado da "promoção" da mulher — os trabalhos do casal Chombart de Lauwe, de V. Isambert-Jamati, o "Métier de Femme" de Ménie Grégoire, etc. Resumindo muito, pode dizer-se que essas publicações giravam à volta dos temas: acesso ao trabalho, conciliação das tarefas domésticas e actividade profissional, igualdade de salários, necessidade de infraestruturas de apoio à mulher empregada.

O trabalho doméstico vocação natural da mulher?

No que se refere ao trabalho doméstico, aos papéis de esposa e mãe, são dois os grupos de argumentos normalmente utilizados para a sua discussão: os argumentos de tipo idealista, em que se fala de "vocação natural" da mulher, de "realização", e os argumentos de tipo económico, em que se discute se o trabalho doméstico é produtivo ou improdutivo. Na posição totalmente tradicional só se usa a argumentação de tipo idealista, e garante-se que a mulher se "realiza" cumprindo a sua "vocação natural". A novidade da linha "promoção" feminina consistia em contestar parcialmente esta argumentação — é uma "vocação natural" mas não basta para a "realização" da mulher — e, principalmente, na apresentação do argumento económico segundo o qual o trabalho doméstico seria improdutivo, sendo mais rentável para qualquer sociedade criar infraestruturas e simplificar o trabalho doméstico, aproveitando a mão de obra feminina em tarefas mais produtivas.

Esta posição teve muito sucesso, e não só em França. E de qualquer forma era uma chamada de atenção para o problema da mulher. Mas a sua maior importância reside no mal-estar que gerou: porquê essa necessidade, e essa dificuldade, em integrar a mulher no trabalho profissional? Uma sociedade que precisa fazer malabarismos para encaixar 50% dos seus membros nas actividades económicas produtivas deve ter qualquer defeito de funcionamento. Será que essa conciliação do papel tradicional de esposa e mãe com uma actividade profissional é mesmo possível? Quem paga o preço dessa conciliação? Porque não se levanta para os homens qualquer problema de conciliação de papéis? O trabalho doméstico será assim tão improdutivo e tão simplificável? Esta última questão é a de maior peso — vários inquéritos mostram que uma mulher com dois filhos não consegue reduzir o trabalho doméstico para menos de 30 horas semanais, tentando simplificar — e as mulheres pensam, naturalmente, porque será necessário um trabalho improdutivo de trinta horas semanais. As questões de fundo levantadas por Simone de Beauvoir continuam frutificando: essa facilidade com que se arruma o trabalho doméstico no "improdutivo", e no "simplificável", sem delongas, não será mais um sintoma da discriminação sexual, que determina que qualquer trabalho feito por mulher seja, por isso, logo desvalorizado, económica ou conceptualmente? Todas estas questões começam a ser discutidas, em grupos ocasionais, em conferências, etc.

O problema está longe de ser posto em toda a sua extensão, ainda não estão relacionados os vários aspectos. No entanto o mal-estar alastra-se e entra por outras portas, aparentemente sem ligação: a contracepção começa também a ser tema de discussão pública; ainda em termos exclusivamente morais, unicamente como exigência de liberdade individual.

O sexismo barreira ideológica

Todas estas coisas germinam e em 1967 já existiam pequenos grupos mais ou menos permanentes, desconhecendo-se ainda uns aos outros. Muitos desses grupos são constituídos por mulheres que vêm de grupos políticos e querem radicalizar o feminismo. A sua motivação: nesses grupos onde militavam tomaram consciência que, mais uma vez, ali como na sociedade, a mulher desempenhava o papel de infraestrutura de apoio ao homem, e que este reservava para si o "verdadeiro" trabalho. A consciência do fracasso da causa da mulher nas sociedades da Europa oriental também cresce: revalorização da mãe prolífera, todo o trabalho doméstico que não é colectivizável permanece função da mulher, as mulheres vão tendo acesso fundamentalmente àx profissões socialmente desvalorizadas e que os homens abandonam. A sistemática desvalorização da mulher, mesmo quando não existem aparentes obstáculos à sua actividade profissional e ela está legalmente "promovida", leva a que o acento continue a ser posto numa possível "causa" ideológica, o sexismo. Mas simultaneamente o valor económico das tarefas domésticas começa a ser suspeitado — se o termo "improdutivas" as classificasse totalmente, porquê a sua persistência, mesmo noutros sistemas económicos? Entretanto os jornais começam a trazer notícias do feminismo nascente na América.

Em 1968 os grupos existentes já foram tomando conhecimento uns dos outros. Alargam-se um pouco: de 3 a 4 membros passam a contar com 7 ou 8. Não vão além disso, e novos grupos aparecem. Esta preferência pela proliferação dos grupos, em vez de se promover o seu alargamento, decorre da experiência anterior: no pé em que a questão tem vindo a ser posta, muito mais a partir da experiência quotidiana das mulheres do que de enfoques teóricos, a discussão em pequenos grupos aparece mais eficaz; também pesa a experiência política de muitas das mulheres, provenientes de pequenos grupos activos. O espírito que caracterizou os acontecimentos de 68 em França reforça esta simpatia pelos pequenos grupos. Mas esse mesmo espírito vem determinar uma nova preocupação, a teórica: Marcuse, a tentativa de articulação de dois discursos, a psicanálise e o materialismo dialéctico. Se bem que esta semente de 68 só gerou num dos grupos feministas, aquele que mais tarde se viria a intitular Psychanalise et Politique. Nos outros grupos a denúncia sexista já tinha atingido o discurso freudiano: cientifização da comum mentalidade machista.

Até 1970, nada de aparente. Mas muito de subterrâneo, sem dúvida, porque só isso explicará a sucessão de acontecimentos de 1970. "Os vários grupos continuam dispersos, sem grande ligação entre si", comentará muito mais tarde (em 1973) o Nouvel Observateur no artigo que então dedica ao M. L. F.. Essa ausência de ligação, assim apresentada como ponto crítico, como imaturidade, estava então completamente assumida, não só como herança de outros grupos políticos, ou como condição de eficácia, mas como inerente ao feminismo: o falhanço de tentativas similares, feitas pelos homens, dever-se-à às próprias características da falocracia, que incute nos homens a necessidade de luta pelo poder como condição de afirmação viril; contestando a falocracia e aproveitando o facto de estarem as mulheres menos motivadas para a luta do poder, que não entra, segundo os costumes, na afirmação pessoal feminina, o feminismo radical só pode definir como seu este caminho.

O histórico encontro de Vincennes: banem-se os homens

O M. L. F., ainda sem este nome, aparece em público pela primeira vez. Em Vincennes. Os recontros tumultuosos que aí se dão demonstram bem a dificuldade de implantação do feminismo, as resistências que se lhe opõem. Dois factos agravam estes recontros entre grupos que bem poderiam cooperar, como futuramente se comprovou: a proveniência, de muitas feministas, de grupos políticos, onde os homens ficaram com a sensação de terem sido "traídos"; e principalmente a decisão de tornar os grupos feministas definitivamente não mistos — decisão do ano de 1970 — e que veio agravar a situação de "traição" para os homens que, cheios de boa vontade, procuravam participar no feminismo. Os critérios desta decisão: se o problema é das mulheres, só as mulheres poderão lutar por si próprias, e toda a "ajuda" masculina se tornará no tão divulgado paternalismo; aliás tão incutida está a mentalidade vigente, que o risco é mesmo o de os homens tomarem as posições de poder, em qualquer organização mista, feminista que seja; e esta e outras experiências da mentalidade vigente, têm-nas as feministas bem presentes, no seu passado político, que sempre viram os homens classificar de "gerais", com todo o à-vontade, os problemas postos unicamente em termos masculinos, tratando em segundo lugar, como problemas particulares, variantes de excepção — a sempre eterna questão da "conciliação da mulher" com as estruturas gerais — os problemas da mulher; a questão é tão funda e tão grave que as mulheres nem se expressam livremente defronte dos homens, ficam inibidas de tão habituadas a uma posição de inferioridade — este último e bem real argumento bastaria para justificar o feminismo não misto. Apoiar as mulheres não é atitude muito comum nos homens; mas a inversa parece inacreditável, justamente por essa crença inabalável na universalidade da categoria masculina: manobra reformista, tendente ao enfraquecimento por uma divisão de forças é o argumento mais suave usado contra o feminismo, bem disfarçado de preocupação no interesse comum. Mas os recontros de Vincennes, violentos, levam a argumentação até ao limite, ao verdadeiro, os estudantes descuidam a vigilância epistemológica e acabam gritando "le pouvoir est au bout du "phallus" — o que foi, uma vez por todas, falar claro. Outro incidente foi a luta por um espaço, por um anfiteatro; as mulheres pediram aos seus colegas homens que saíssem, explicaram-lhes as razões, queriam discutir só entre si; recusa dos homens; situação penosa, vários pequenos grupos de mulheres que se formam discutindo baixo, entre comentários dos assistentes masculinos que disfrutam o espectáculo; finalmente, um negro, levanta-se, comenta que a situação é perfeitamente compreensível para ele, que os homens nada têm a fazer ali e devem sair; sai, e finalmente os homens brancos — todos os outros presentes — seguem-no.

O amadurecimento

Com estes aparecimentos públicos, o M. L. F. sente-se maduro para outras acções; manifesta-se a necessidade de reuniões gerais dos vários grupos, e durante alguns meses essas reuniões efectuam-se semanalmente. Dessas reuniões começam a nascer grupos de trabalho, dirigidos para assuntos ou acções concretos; exemplos: análise da prostituição, estudos económicos, cinema, aborto, sexualidade, etc.

De 1970 também datam as primeiras publicações: o número zero do "Torchon brule", que virá a ser o jornal do movimento. E, marco, verdadeiramente decisivo no feminismo francês, o número de "Partisans" intitulado "Libertação da mulher, ano zero". Os objectivos do movimento — já intitulado M. L. F., desde os seus primeiros aparecimentos públicos a imprensa encarregara-se de o baptizar, e as feministas não rejeitaram o nome — eram aí claramente definidos, divididos em três categorias: objectivos reformistas — visando a melhoria das condições de vida das mulheres e a obtenção dos direitos fundamentais garantidos ao homem, tais como igualdade de salários, melhores condições de trabalho, revogação das leis sobre o aborto ou das que limitam o trabalho das mulheres, etc.; objectivos tácticos — com os quais se pretende libertar as mulheres das suas tarefas tradicionais obrigatórias e da sua exploração como objectos sexuais, através da criação de creches, instituições colectivas, etc.; objectivos finais — com os quais já não se procura uma melhoria das condições de vida das mulheres, mas sim o desaparecimento de todas as instituições sexistas. Além destes objectivos, e a nível dos grupos restritos, era ainda explicitada a necessidade de conduzir uma luta paralela contra a opressão psicológica das mulheres, contra o sentimento de "inferioridade, de incapacidade" que geralmente lhes é incutido.

Mas a importância deste número do "Partisans" ainda reside noutro ponto: se a análise ideológica do sexismo vinha já avançada, as as tentativas de análise económica eram quase inexistentes. Que as tarefas tradicionais da mulher, produtivas ou improdutivas, correspondiam a uma necessidade económica do sistema, era já muito mais que uma suspeita, era uma certeza. Mas o reconhecimento dessas tarefas como causa, no plano económico, ainda não fora feita; com a denúncia sistemática da ideologia sexista corria-se mesmo o risco de situar a "causa" nessa racionalização da opressão material. Num artigo desta revista, o problema é posto com clareza: são duas as bases da exploração da mulher — a reprodução, que lhe é imposta (o exemplo da sociedade francesa é flagrante, sendo necessário aumentar a taxa de natalidade no pós-guerra são então promulgadas as leis restringindo a divulgação e venda de anticoncepcionais, e a mulher ou produz as crianças que a sociedade lhe exige ou, se a sua situação individual entra em conflito com essas exigências, fica reduzida à "solução" aborto clandestino); e, além da reprodução, o conjunto dos trabalhos domésticos, sector "invisível" da produção e que vai permitir a "produção reconhecida" — o trabalho profissional — do marido; esse trabalho doméstico não é pago, é apenas retribuído com a simples manutenção — provando essa gratuidade a autora invoca que nem legalmente o marido está obrigado a qualquer retribuição, e que a esposa é melhor ou pior mantida consoante o bom feitio e o poder económico do marido, e não consoante o número de filhos, consoante o trabalho que ela realiza.

Um homem em cada dois é uma mulher

Ainda em 1970, em Agosto, solidarizando-se com as mulheres americanas que então lançavam uma greve, as feministas francesas manifestam-se no Arco do Triunfo, pondo um ramo de flores no túmulo do soldado desconhecido, "à memória da mulher do soldado desconhecido, ainda mais desconhecida do que ele". Nessa manifestação é lançado um slogan: um homem em cada dois é uma mulher — slogan de ataque, mas o seu despropósito é só aparente; tão habituados estamos a considerar o Homem como representante do homem e da mulher que raramente nos perguntamos se a maiúscula — aliás só perceptível na linguagem escrita — efectivamente garante a entrada das mulheres na tal categoria geral, da qual elas constituem, realmente, 50%.

Em 1971 continuam as reuniões gerais, e as acções. O grupo constituído sobre o problema do aborto desencadeia uma das mais importantes: a política francesa de restrição dos anticoncepcionais conduz anualmente 200 000 mulheres ao aborto clandestino, segundo os números oficiais — ou 1 000 000 de mulheres, segundo outras estimativas. Quem fala nesse problema? Ninguém. 200 000, ou 1 000 000 de mulheres, arriscando a vida, por ano, não é questão relevante. Cerca de 300 mulheres, nomes célebres na maioria, assinam um manifesto: expõem estes factos, declaram-se solidárias com todas as mulheres, declaram ter praticado o aborto — desafio evidente. Como é possível processar 300 nomes célebres? Como é possível processar por aborto qualquer outra mulher ignorando ao mesmo tempo a confissão pública destas 300? O governo francês resolve ignorar o manifesto. A importância política desta acção é rapidamente reconhecida, e aproveitada. Forma-se um grupo de médicos — Groupe Information Santé — que se propõe estudar o assunto; propõe-se ainda apoiar as mulheres, e aparece um manifesto assinado por médicos que declaram ter praticado abortos — obviamente, em melhores condições que as que oferecem as parteiras de bairro. Vários grupos políticos se lançam também nesta corrente; forma-se o M. L. A. C., grupo misto, que organiza centros de aborto e de difusão da contracepção; perigo para este grupo: cristalização neste ponto, que se poderá transformar num objectivo em si, sem qualquer conscencialização das mulheres; aproveitamento por parte do governo, que arranja uma saída cómoda ignorando as actividades deste grupo — não modifica as leis e as pressões internas diminuem, aliviadas por esta válvula de escape.

Lançada a campanha e garantido o seu prosseguimento, o M. L. F. retirou-se: tratava-se apenas dum objectivo reformista, as questões de fundo permanecem. O que não impede a colaboração de alguns grupos feministas com o M. L. A. C., no que se refere à conscencialização das mulheres que recorrem aos centros.

A defesa dos direitos delas

Outro grupo se formou a partir desta campanha: pensando na eventual necessidade de defesa em tribunal das trezentas mulheres que assinavam o manifesto, constituíu-se um grupo, o Choisir, que depois se dedicou a todos os aspectos legais relativos ao aborto. Grupo misto também e que também ficou funcionando paralelamente ao M. L. F.. Na província a colaboração entre M. L. F., Choisir e M. L. A. C. é excelente. Em Paris, Choisir está um pouco mais longe — não porque se tenha centrado sobre um objectivo reformista, o que não é obstáculo, como se viu e se verá, mas porque se organiza em termos "falocráticos", chefiado e controlado por uma única pessoa.

Ainda em 1971, na Mutualité, organizam-se as Jornadas de denúncia dos crimes contra as mulheres — todas as mulheres presentes são convidadas a depôr, as jornadas são barulhentas e dispersas, mas as ideias abundam e novos grupos de trabalho se formam.

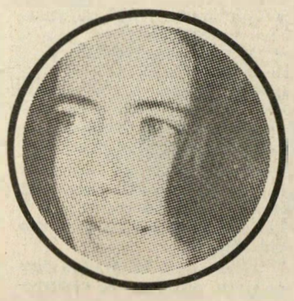
A última das grandes acções do M. L. F. realizou-se em Junho de 1973 A Feira das Mulheres, onde se improvisaram espectáculos, se cantou, se fizeram leituras em voz alta. Objectivos: convívio entre as mulheres, acção de conscencialização, e arranjar fundos. Porque, com o seu tipo de estrutura, o M. L. F. não tem fontes de receita certas; no entanto estas vão aparecendo à medida das necessidades e uma vez que não se exige regularidade de funcionamento. O "Torchon brule" aparece irregularmente, mas aparece. Actualmente o M. L. F. dispõe mesmo dum local de reunião o que lhe permite também o contacto com os grupos feministas de mulheres estrangeiras residentes em Paris.

Revolucionar o quotidiano

E assim continua o M. L. F., baseado em múltiplos pequenos grupos de conscencialização; que se recortam em muitos outros grupos de trabalho e de acção. O conteúdo e a força do movimento continuam a ser retirados da prática, da tomada de consciência através do quotidiano. "Porque a luta das mulheres é sobre o próprio quotidiano, sobre as próprias relações das pessoas; não há separação da vida privada e da "política" da vida militante" — cito uma das feministas com quem falei — "A medida que se vai dando a consciencialização, porque é toda a vida que está empenhada e não só uma parte da actividade da pessoa, a "profissional", por exemplo, o potencial de acção das mulheres é fundo, não necessita ser controlado ou organizado sistematicamente, desde que haja mulheres conscienciazadas quando um grupo lança uma acção as mulheres aparecem". Esta ideia de "revolucionar também o quotidiano" não é nova; mas as mulheres poderão estar mais perto de a concretizar, são elas que suportam o peso desse quotidiano, são elas a infraestrutura. "O exemplo da greve é flagrante" — disse-me outra das feministas — "Se as mulheres

Maria Isabel Barreno

Maria Velho da Costa



Maria Teresa Horta

se pusessem em greve, greve das suas funções tradicionais? Parava todo o quotidiano: não havia quem fizesse compras, nem quem fizesse comida, o lixo e as coisas sujas amontoavam-se, as crianças não iam para a escola..."

Uma das acções para este ano será precisamente uma greve de mulheres — que não será efectiva, evidentemente, as feministas não estão no reino da utopia, mas o que lhes interessa é o lançamento da ideia. Outra forma de conscienciazação: a noção da própria força. As mulheres sabem que estão afastadas do poder, do controle das decisões. O acesso das mulheres da burguesia a certas profissões ou cargos é restrito, e a maioria das vezes as mulheres não ascendem a lugares "chave"; tudo quanto se refira a "técnica", questão vital na nossa sociedade, também está quase exclusivamente nas mãos dos homens. As mulheres sentem-se sem peso, quase tudo poderia funcionar sem elas — será bom que descubram que nada funcionaria sem elas.

Estes são os pontos positivos da heterogeneidade, informidade e capacidade de acção do M. L. F.. Mais a sua capacidade de colaboração com outros grupos, paralelos ou convergentes.

Freud revisto para uso feminino

O grupo Psychanalise et Politique, a que já me referi, está quase transformado, de facto, num desses grupos paralelos — embora ninguém me soubesse dizer se esse grupo poderia ou não ser considerado dentro do M. L. F., nem estivesse preocupado com isso. A colaboração com este grupo, no domínio da acção, tem sido possível até agora; mas as posições de fundo divergem progressivamente. Da proposta inicial, de articulação de dois discursos, foi só retida metade, ou seja, o discurso freudiano. Segundo os postulados: "a luta das mulheres baseia-se na diferença dos sexos. O único discurso científico sobre a sexualidade é o psicanalítico"; "a sociedade falocrática incute a masculinidade em todos os seus membros, também nas mulheres; a conscienciazação das mulheres tem que atingir o inconsciente para que a luta feminista não se ponha em termos falocráticos"; "é necessário desmontar o discurso psicanalítico, destruí-lo, para o reconstruir, em termos feministas". Não se percebe muito bem como ainda se considera científico um discurso que entretanto já é visto como desmontável e destrutível, mas os maiores problemas do grupo não residem aí, mas sim na centralização absoluta do poder e no exercício interno e desordenado da psicanálise.

Por outro lado, se a resposta que Psychanalyse et Politique se propunha trazer está longe de satisfazer, poder-se-à considerar que todo o M. L. F. ainda enferma duma certa fraqueza teórica. Temos que considerar que para definir uma teoria o feminismo tem de se confrontar com séculos de teorias económicas feitas pelos homens, fundamentalmente com a teoria económica construída, analisada e comentada de há um século para cá. O artigo do "Partisans" que citei é importante, mas a exploração da mulher está aí ainda muito resumidamente analisada, argumentada ainda em termos do óbvio; facilmente se contra-argumenta que a mulher das classes mais altas não é explorada visto não desempenhar nenhuma tarefa doméstica, o que também é do domínio do óbvio, e que se poderá contra-argumentar por sua vez dizendo que o direito que o homem adquire ao casar-se não é sobre o "trabalho" da mulher mas sim sobre determinadas potencialidades que podem ou não ser postas em jogo, e que a efectivação dessas potencialidades depende da decisão e da posição de classe do marido — a mulher dum banqueiro arruinado terá que fazer trabalhos domésticos, etc., etc. Este ponto — articulação do feminismo com classes sociais — é fundamental e está por resolver.

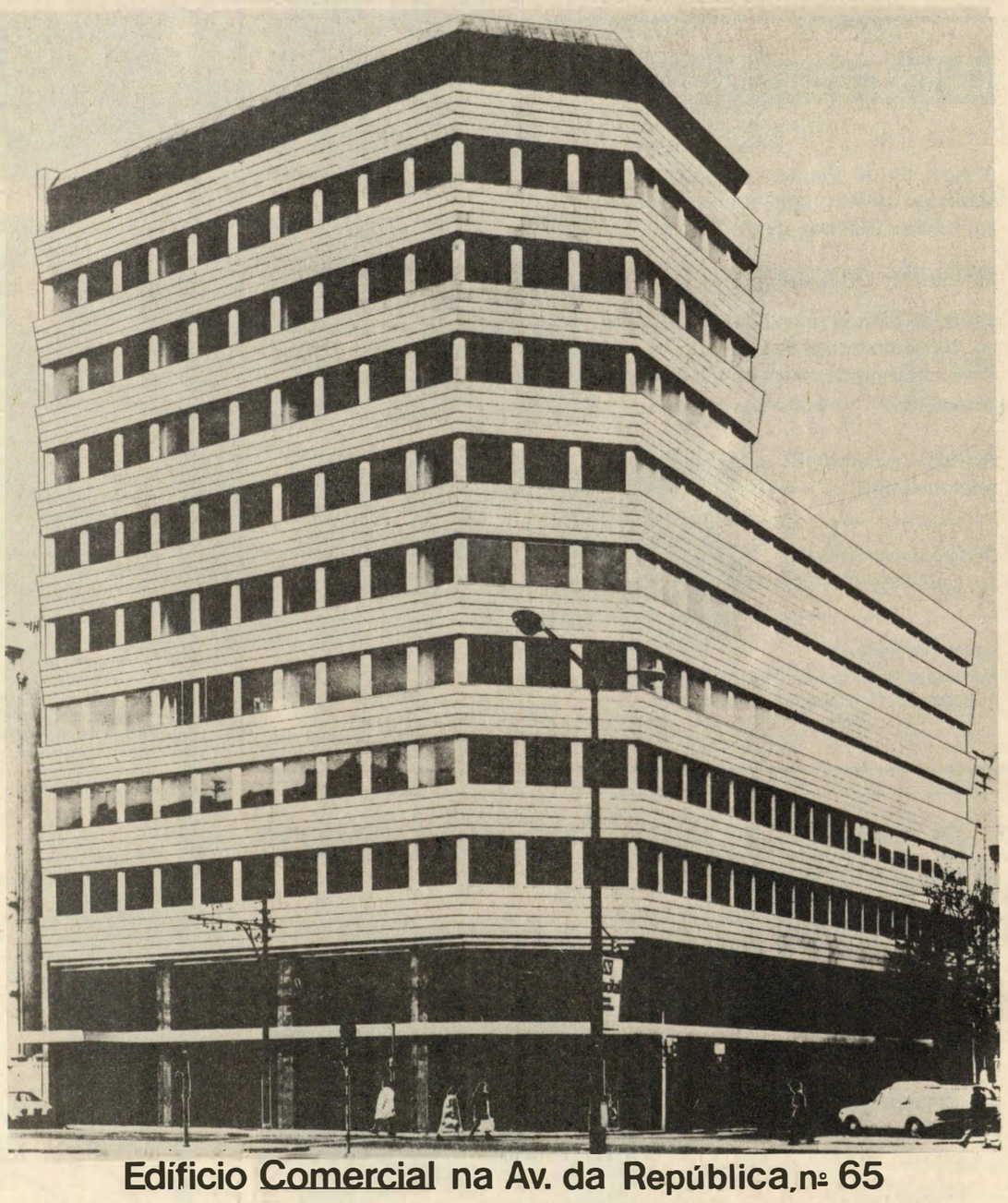
Dificuldades a ultrapassar

Mas um outro ponto, de ordem prática está por resolver no M. L. F. — a limitação quase exclusiva do movimento às burguesas intelectuais. No que se refere à mulher operária levantam-se as habituais barreiras sócio-económico-culturais — em termos chãos a mulher operária não tem tempo livre para o que quer que seja, e disso se têm dado conta todos os movimentos e grupos. No entanto, alguns contactos têm sido feitos, fundamentalmente a partir de situações críticas em fábricas, etc. No que se refere à mulher burguesa, casada e empregada, o próprio funcionamento "desorganizado" do M. L. F. tende a distanciá-la: a eficácia de reuniões pontuais e organizadas, centradas sobre o prosseguimento dos objectivos reformistas e tácticos, seria muito mais motivante para ela do que o curso sinuoso das reuniões de consciencialização. "Seria bom que em França existisse um movimento reformista do tipo da N. O. W. americana. Talvez o Choisir se transforme nisso e era bom. A N. O. W. desempenha esse papel de movimento de fundo, que arrasta consigo uma grande massa de mulheres, e não corre o risco de se cristalizar porque está constantemente a ser contestado por muitos outros grupos pequenos, mais radicais" — estas seriam as melhores perspectivas para o movimento feminista francês; as piores seriam o prosseguimento das dificuldades; nenhuma feminista considera que o movimento possa estagnar ou desaparecer.

Maria Isabel Barreno

PROJECTE A SUA EMPRESA EM TERMOS DE FUTURO

DÊ-LHE A LOCALIZAÇÃO E A ÀREA QUE ELA MERECE.



Edíficio Comercial na Av. da República, nº 65

ALUGA-SE

pronto a ocupar com ar condicionado, sub-tectos com iluminação, pavimentos revestidos com Tapison, rede de calhas nos pavimentos, 3 elevadores Schindler.

Escritórios e lojas com estacionamento, na medida exacta das suas necessidades.

Escritórios — áreas de 260 a 720 m² por andar, num total de 5000 m².

Loja e Sub-loja — área de 1100 m².

Estacionamento — área de 2600 m².

Ver no local, trata SOGEL - Sociedade Geral de Empreitadas, Lda.
Rua 1º de Dezembro nº 2 B - 2º Lisboa telefs. 36 27 78. 32 56 86